

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.515 - SP (2018/0268342-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

EMBARGANTE : GAOSP - COMERCIO, REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LTDA

ADVOGADO : MARCELO FRÓES DEL FIORENTINO - SP158254

EMBARGADO : ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADOR : FREDERICO BENDZIUS E OUTRO(S) - SP118083

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios, fundados no Novo CPC/2015, opostos por **Gaosp - Comércio, Representação e Distribuicao de Bebidas Ltda.**, contra decisão que não conheceu do recurso especial com base na incidência da Súmula 7/STJ.

A embargante, em síntese, sustenta que *"incorreu em evidente omissão ao simplesmente desconsiderar a jurisprudência solidilicada existente no âmbito do egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA devidamente identificada à fls. 380/383 no sentido da não incidência do óbice processual representado pela já aludida Súmula 7/STJ quando comprovada documentalmente a fixação pela instância ordinária - de honorários advocatícios sucumbenciais de valor irrisório; irrisoriedade esta flagrante/latente quando os precitados honorários (como é o caso da presente lide) são fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa"* (fl. 407).

Aberta vista à embargada (fl. 417), transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 420).

É o relatório.

Não prospera a irresignação da parte embargante.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

Conforme mesmo se pode depreender do relatório antes realizado, a decisão aplicou a Súmula 7/STJ ao caso dos autos, tendo em vista que *a inversão da conclusão adotada pela Corte de origem no sentido de que o proveito econômico da*

causa é pequeno ou inestimável exigiria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório. Não há, pois, qualquer omissão a suprir.

Em verdade, o que se extrai das razões de embargos de declaração é a mera irresignação da parte com a decisão ora embargada, objetivando a reforma do decidido, o que, como cediço, não se coaduna com o recurso integrativo.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado embargado, conforme exige o artigo 1.022 do Novo CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator